

AGROECOLOGIA, CRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA
DESDE A PERSPECTIVA FEMINISTA NO BRASIL¹

Miriam Nobre²

Contexto brasileiro

A história do Brasil se confunde com a história de apropriação privada de seu imenso território e riquezas, e com as lutas de resistência e enfrentamento a este processo. Hoje, apenas 1% dos proprietários de terras possui 45% das terras agricultáveis. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares são 89,3% do total e possuem 20% da área total.

A concentração de terras se intensificou nos anos 1970 com a expansão da industrialização da agricultura apoiada pelo governo federal com créditos e assistência técnica na chamada “revolução verde”.

Na região sul do país a entrada da soja obrigou agricultoras e agricultores a migrarem para as cidades ou para áreas de fronteira agrícola nos cerrados e na Amazônia. Estima-se que nos anos 1970, 2,5 milhões de pessoas abandonaram as áreas rurais no estado do Paraná.

O agronegócio – produção em monocultura com uso intensivo de maquinário e agrotóxicos, sobretudo para exportação – mantém sua força no atual governo. Expande-se a produção e o poder político dos produtores de *commodities* – soja, algodão, eucalipto e acácia para celulose, gado, sem contar a exploração de madeira.

A agricultura familiar resiste produzindo alimentos, conservando recursos naturais e culturais que fortalecem as comunidades rurais. Organizações não governamentais contribuem neste processo com atividades de apoio técnico e organizativo.

As agricultoras são fundamentais nesta resistência, no entanto, seguem como um dos setores mais vulneráveis da sociedade brasileira.

As mulheres rurais recebem em média o equivalente a 38% da renda dos homens rurais, 34% das mulheres urbanas e 17% dos homens urbanos. Mais de 5 milhões de mulheres

¹ Texto elaborado para apresentação nas “Jornadas Estratégias Positivas de Desarrollo. La visión SUR en el empoderamiento de las mujeres para la equidad de género”. Bilbao, 27 e 28 de abril de 2005.

² Agrônoma, Mestre pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, integrante da equipe técnica da SOF (Sempreviva Organização Feminista), da Rede Economia e Feminismo, e da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres.

no campo trabalham sem nada receber e cerca de 3,6 milhões recebem até um salário mínimo.

Em meados dos anos 1990 as mulheres eram somente 12,6% dos beneficiários da Reforma Agrária no Brasil, enquanto que nas recentes distribuições de terra na Colômbia este percentual chegava a 45%. Estima-se que o acesso das mulheres ao crédito público (Pronaf) esteja concentrado na modalidade de micro-crédito e que no total não ultrapasse 10% dos créditos concedidos.

As mulheres rurais são também um dos setores mais organizados. Existem hoje no Brasil organizações autônomas de mulheres (Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste), auto-organização de mulheres no interior de movimentos mistos (Comissão de Mulheres da CONTAG, Mulheres do MST, MAB, MPA), organizações por setores ou temas de interesse (Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco, Movimento de Mulheres da Amazônia). Estes movimentos têm pautas próprias de negociação de políticas públicas com o Estado e de demandas às organizações não governamentais.

Antecedentes históricos na SOF

Desde os anos 1980 a SOF (Sempreviva Organização Feminista) trabalha com formação. Realiza processos dirigidos às mulheres, visando o fortalecimento de sua autonomia pessoal e de sua capacidade de organização de ações coletivas, e a grupos mistos, visando a sensibilização para a questão de gênero e a construção de alianças na luta por igualdade.

Em 1996 a SOF organizou uma primeira oficina sobre gênero e agricultura familiar reunindo ativistas dos movimentos sociais rurais e ong's e pesquisadoras do tema. Naquele momento o movimento sindical rural passava por um processo de renovação e, em conjunto com ong's e pesquisadores, construía uma compreensão do que era o meio rural brasileiro a partir do conceito de agricultura familiar com decorrências na formulação de demandas de políticas públicas. O governo federal respondia a estas demandas com a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, o Pronaf.

A oficina traçou um caminho para influenciar sob uma perspectiva de gênero o debate sobre agricultura familiar e o Pronaf. O ponto principal era (e permanece sendo) o questionamento à idealização de uma família onde não há conflitos de interesses que é representada publicamente pelo pai e marido. A estratégia foi ampliar o debate com

oficinas que discutiam as relações sociais de gênero na agricultura. Elas envolveram mulheres de organizações mistas que atuavam na discussão sobre agricultura familiar, mas que pouco ou nada ouviam falar sobre gênero, e de organizações de mulheres que conheciam o debate de gênero, mas não as discussões sobre agricultura familiar.

O alcance desta estratégia foi limitado às possibilidades de intervenção de uma rede recém constituída. O principal resultado foi justamente esta rede inicial e plantar uma nova forma de fazer o debate, não só pelos novos conteúdos construídos pela intersecção de dois temas, mas também pela utilização de outras formas de expressão e linguagem, que buscavam revelar as representações das participantes sobre a questão.

Um dos desdobramentos desta primeira iniciativa foi o convite para a SOF assessorar em 1998 um seminário de uma rede de ong's agroecológicas com atuação no sudeste do Brasil, o Fórum sudeste da Rede Programa de Tecnologias Alternativas (Rede PTA). Neste seminário foi criado um Grupo de trabalho sobre gênero (GT gênero) até hoje em atuação e esta assessoria, inicialmente pontual, transformou-se primeiro em um acompanhamento permanente e em seguida em uma parceria nas ações.

As estratégias deste trabalho comum sobre gênero e agroecologia têm sido: construção de referências teóricas comuns; sistematização das práticas das agricultoras inserindo-as no repertório das práticas consideradas agroecológicas; formação de um coletivo de multiplicadoras (es); constituição de sujeito político com intervenção de caráter feminista nos processos de construção de uma política nacional de agroecologia.

Construção de referências teóricas comuns

A SOF tem como referência de análise as relações sociais de gênero. A relação social é percebida como uma tensão que atravessa o campo social por um conflito de interesses em torno do trabalho e suas divisões. O que está em jogo nas relações sociais de gênero é a divisão sexual do trabalho. Esta divisão pressupõe uma separação entre trabalhos de homem e trabalhos de mulher, e uma hierarquia, os trabalhos de homem valendo mais do que os de mulher. As práticas sociais específicas a cada sexo são construções sociais, que tem na divisão sexual do trabalho sua base material. As relações sociais de gênero são co-extensivas às relações de classe, de raça e etnia.

Na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho recobre a divisão entre produção e reprodução. E nos tempos de hegemonia neoliberal a esfera da reprodução é subsumida à produção e ao mercado.

Nosso acompanhamento das relações de gênero e trabalho estava centrado nas sociedades urbanas e industriais: a forma como mulheres e homens se inserem no mercado de trabalho, a conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho de cuidado, a forma como as empresas se apropriam da construção social do gênero na organização da força de trabalho. E nossas análises estão intrinsecamente ligadas a ação política, no sentido de “pensar a utopia ao mesmo tempo em que se analisa o funcionamento do social” (Kergoat, 2000)

Em paralelo iniciamos o acompanhamento da produção brasileira sobre campesinato que ia ao caminho inverso da idéia de transformação, ao ver como sua contribuição política o fortalecimento da resistência camponesa (na valorização do passado, práticas tradicionais) frente a um mundo em mudança.

Mesmos estudos que reconheciam problemas na família camponesa como a complementaridade hierárquica entre os gêneros não apontavam saídas. As iniciativas das agricultoras no campo da produção não correspondiam a uma maior autonomia e eram vistas como um “prolongamento dos braços do marido”. (Carneiro, 1996) Ou a insatisfação das mulheres só encontrava resposta na migração para a cidade. (Woortman, 1995) É como se a hierarquia entre os gêneros constituísse de tal forma a organização da produção na agricultura familiar que seu questionamento, por parte das mulheres, comprometesse sua própria reprodução enquanto agricultoras.

E, no entanto, as agricultoras seguem se mobilizando pelo reconhecimento de seu trabalho e profissão e por igualdade na família e na sociedade.

Para as ong's do GT gênero o tema surgiu do cotidiano do trabalho, em especial nas regiões onde as agricultoras organizadas questionavam sua exclusão. Mas a formulação conceitual veio das ong's de cooperação, na forma de instrumentos de planejamento com enfoque de gênero.

Esta abordagem era limitada e não era útil a pessoas acostumadas a elaborar os instrumentos de planejamento e ação em diálogo com a realidade, junto com os agricultores, na proposta de uma construção compartilhada do conhecimento. Tanto que uma das primeiras iniciativas positivas destas ong's foi garantir a participação e a voz das agricultoras nos Diagnósticos Rurais Participativos (DRP). Mas não havia continuidade nos DRPs, as demandas trazidas pelas mulheres eram consideradas de outros campos de atuação (saúde, educação) e não eram trabalhadas pelas ong's.

Além disso, chegavam fragmentos de um discurso ecofeminista que acentuava uma visão essencialista da relação entre mulheres e natureza. Este discurso não tinha pontos

de contato com os pressupostos de trabalho das ong's impedindo uma apropriação transversal da questão de gênero.

Entre dilemas e insuficiências optamos continuar o debate pelo cruzamento da categoria gênero e agroecologia. Um bom ponto de partida é que as ong's em questão compreendem a agroecologia não apenas como práticas agrícolas, mas também como as relações sociais em que estas práticas estão inseridas.

Nossa primeira síntese foi de que na relação entre agroecologia e gênero é necessário operar com duas lógicas diferenciadas: a "naturalização" e a "desnaturalização". Se na agroecologia estimulamos a "naturalização" das práticas agrícolas, através da aplicação dos princípios ecológicos na agricultura, no campo das relações sociais de gênero, o que se busca é a "desnaturalização" de atribuições conferidas ao feminino e ao masculino. Portanto, se na agroecologia relacionamos o natural ao sadio e certo, nas relações de gênero não se pode considerar as relações tradicionais como naturais ou positivas.

O debate continua tendo como pontos de ligação a ecologia política e a economia feminista. Assim associamos a crítica à ideologia de que os recursos naturais são inesgotáveis e livres de custos, à apropriação do tempo de trabalho das mulheres, visto também como inesgotável por ser elástico em uma jornada contínua que combina o trabalho remunerado, com o doméstico e o comunitário e por ser gratuito. (Bosch, e outras, s/d)

A busca de outras medidas de valor que não as monetárias nos faz duvidar de propostas de medir o trabalho de cuidado, realizado em sua maioria pelas mulheres, por equivalentes no mercado ou de transformar recursos, como a água, em *commodities*. Resistimos a estas referências que expandem os limites da sociedade de mercado para a natureza e os afetos, que infelizmente têm orientado grande parte das políticas públicas.

Sistematização das práticas das agricultoras inserindo-as no repertório das práticas consideradas agroecológicas

Desde o primeiro encontro buscamos debater conceitualmente e aprender com as práticas. Em um primeiro momento o foco foi a análise das práticas das ong's. A preocupação inicial era como integrar a dimensão de gênero na intervenção das ong's junto às comunidades de agricultoras e agricultores. No processo fomos dando mais tempo e atenção às relações dentro de cada ong. Este foi um dos pontos mais sensíveis, mas evoluímos. Ampliou-se a contratação de mulheres, houve mudanças na estrutura

física, na gestão e a institucionalização do tema gênero nos planos de trabalho das ong's com recursos e atribuição de responsabilidades.

Reconhecemos a necessidade de espaços autônomos onde as mulheres podem compartilhar suas experiências, reelaborá-las, encontrando formas de fortalecer sua autonomia. Ao mesmo tempo os homens se viram chamados a reconhecer o que é o machismo e como ele se manifesta, respondendo ao questionamento dos agricultores de que os técnicos agem considerando que “gênero é bom para a mulher do outro”.

Na construção conjunta com as agricultoras constatamos que era preciso tornar visível, valorizar sua contribuição econômica e social à agricultura camponesa. Um primeiro exemplo foi revelar o papel que cumprem na domesticação de espécies, seleção de variedades e preservação da biodiversidade nos quintais. Esta evidência era posta em cheque pelas iniciativas das ong's de qualificar estes procedimentos mediante bancos de semente e redes de troca, onde as agricultoras quase nunca participavam.

Ressaltamos que as unidades agroecológicas ao compor diferentes produtos e usos do espaço, em princípio, integrariam as iniciativas realizadas pelas mulheres, como a horta de temperos e plantas medicinais e a criação de pequenos animais.

Mas na vida real as agricultoras têm pouco espaço para suas iniciativas e experimentações. Esta restrição aumenta se o agricultor se consolida pelos métodos da revolução verde. A busca da produção máxima seja para ter um bom rendimento, seja para pagar o banco e sobrar algo leva os agricultores a ocuparem ao máximo a terra com plantios em monocultura. Esta forma de ocupação da terra restringe ao mínimo a área disponível para as mulheres que têm suas escolhas limitadas pela compatibilidade com a cultura considerada principal. Elas jamais poderão produzir alimentos orgânicos, pois estarão sujeitas à contaminação dos agrotóxicos ou dos genes modificados pelo manejo realizado por seu marido.

Porém, mesmo em unidades agroecológicas consideradas modelo, o marido define a ocupação do espaço, tendo situações em que a mulher não pode nem criar suas galinhas para uso doméstico para não interferir no plantio do marido.

A experiência produtiva de mulheres reconhecida no país é das quebradeiras de coco que extraem o coco de babaquais dispersos por terras particulares. Graças a uma forte organização e anos de luta as quebradeiras legitimaram sua demanda de acesso livre aos babaquais. A briga por espaço com os fazendeiros, em certos aspectos, tem sido mais fácil que a que se trava no cotidiano com maridos e pais.

Formação de um coletivo de multiplicadoras (es)

O GT Gênero realizou com a coordenação da SOF quatro atividades de formação e estruturação de ações conjuntas. No primeiro seminário em 1998 participaram apenas técnicas e técnicos de ong's. Em dois seminários realizados em 2000 e 2002 participaram mulheres e homens das equipes técnicas e administrativas e agricultoras(es) que compõem a diretoria das organizações. Em 2001 realizamos um Encontro de mulheres destas organizações.

Quando as mulheres das ong's propuseram realizar um Encontro de mulheres e não mais um seminário misto sobre gênero, encontraram muita resistência. Aqueles que eram contrários à realização do Encontro argumentavam que seria um retrocesso, pois consideravam os espaços autônomos das mulheres como aprendizagens prévias aos espaços gerais. No entanto, a necessidade de construir um compromisso entre as mulheres agricultoras (das direções das ong's), mulheres das equipes técnicas e administrativas para o enfrentamento comum das desigualdades de gênero. A construção da unidade entre as mulheres é em si um ato político, pois a socialização das mulheres é baseada no isolamento e na competição por "merecer" a atenção e o cuidado dos homens.

Grande parte do Encontro foi socializar entre as mulheres informações sobre o processo e dos desafios da Rede PTA. A maioria das mulheres estava completamente excluída de um debate fundamental para seu trabalho. Além disso, compartilharam avaliações de como as resistências a uma prática igualitária se configuravam e puderam depois enfrentá-las com mais força.

Entre uma atividade e outra o GT realizou reuniões de trabalho onde sempre houve momentos de debates a partir de leituras prévias.

Além disso, integrantes do GT participaram de atividades de formação organizadas pela SOF como o Curso de Formação Feminista e o Seminário Gênero e Políticas Públicas em 2000, Seminário sobre comércio internacional e a OMC em 2003 e do grupo de reflexão sobre economia feminista de 2002 a 2004.

A amplitude temática facilitou que elas percebessem o potencial analítico do feminismo e o convívio com outras mulheres com quem a SOF atua, novas possibilidades de alianças e ações conjuntas.

O debate sobre família, por exemplo, ganhou novas dimensões: o enfoque da economia feminista sobre as relações de cooperação e conflito no espaço doméstico; reflexões sobre sexualidade; ou sobre a dinâmica entre Estado, mercado e família que se expressa nas políticas públicas.

Em 2004 o GT avaliou que era importante ter em cada organização que o compõem ao menos quatro pessoas, entre técnicos e agricultoras(es) que integram suas diretorias, com capacidade de atuar considerando as relações de gênero e de multiplicar o tema.

O GT organizou um ciclo de formação com quatro encontros sobre os temas: gênero, família, trabalho; corpo, saúde, sexualidade, alimentação; relações de poder, violência, políticas públicas; agroecologia, desenvolvimento sustentável.

Os dois primeiros encontros já foram realizados e o GT está ainda se aprimorando em como lidar com um grupo com experiências diversas, como envolver o próprio GT no desenvolvimento dos conteúdos, o que faz com que este curso seja também uma capacitação para as integrantes do GT como formadoras.

Constituição de sujeito político com capacidade de intervenção com conteúdo feminista nos processos de construção de uma política nacional de agroecologia.

Aos poucos, o GT gênero além de atuar para dentro das ong's construiu interlocuções externas. Fortaleceu a presença de agricultoras com quem trabalham na Marcha das Margaridas, manifestação que reuniu em 2003 mais de 30 mil agricultoras em Brasília, nos marcos da Marcha Mundial das Mulheres. Realizou ações e debates no processo Fórum Social Mundial.

A Rede PTA da qual se originou o GT passou por um processo de esgotamento dando lugar a um novo processo, que se iniciou com o Encontro Nacional de Agroecologia, e, desembocou na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ANA tem uma coordenação colegiada composta por ong's e movimentos sociais do campo. Seu desafio é “transformar a diversidade e as confluências mostradas no ENA em capacidade de expressão e ação conjunta assumindo a dimensão de movimento agroecológico.” (ANA, 2004)

Neste contexto o GT realizou em 2004, em conjunto com a FASE e a Rede economia e Feminismo, o Seminário Gênero e Agroecologia. Participaram representantes de todas as organizações (ong's e movimentos) envolvidos na construção da ANA, além de grupos feministas que atuam na área rural de todas as regiões do país. Neste momento

iniciamos o diálogo com o MAELA (Movimento Agroecológico Latinoamericano) conhecendo suas estratégias para incorporar gênero.

O Seminário avançou nas inter-relações entre feminismo e agroecologia que se desdobraram nas práticas de construção do conhecimento, formas de financiamento, segurança alimentar, manejo da biodiversidade. Estes temas são similares aos grupos de trabalho que animam a ANA. O Seminário definiu pela continuidade da dupla estratégia: o funcionamento de um GT Gênero, agora nacional, e a atuação nos demais grupos de trabalho.

Em 2002 a realização do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) marcou um novo momento no campo da agroecologia caracterizado pelo protagonismo dos agricultores, das pessoas que praticam a agroecologia, o que é mais amplo que o universo das ong's, e centros de pesquisa.

A comissão organizadora do ENA traçou uma dupla estratégia na abordagem de gênero: um grupo para apresentação de experiências realizada por mulheres, chamado grupo de gênero, e a transversalidade de gênero nos grupos sobre outros temas. Esta estratégia não teve sucesso.

O grupo que reunia experiências de mulheres se tornou um espaço primeiro de reflexão depois de reação quanto à ausência de mulheres e do debate sobre gênero nos demais espaços do ENA. O grupo decidiu interromper o debate e passar por todos os outros grupos levantando o problema. Ao final o grupo se recompôs para avaliar as várias reações recebidas. Susto, indiferença, ironias, não foi naquele momento que o debate aconteceu. Mas pelo menos ele ficou em suspenso e não escondido sob um tratamento formal da questão de gênero.

As experiências selecionadas no grupo de gênero tinham interface com os outros temas onde as pessoas também gostariam de estar. Avaliamos que teria sido mais proveitoso realizar o debate sobre gênero em um momento não concomitante com os outros temas.

A dupla estratégia (grupo específico e transversalidade) também decorre do dilema entre valorizar as iniciativas hoje realizadas pelas mulheres e para isto ampliar a noção do que são práticas agroecológicas (por exemplo, incorporando o agroextrativismo, o artesanato com matérias primas locais,...); e permitir a elas realizar outras coisas. No dizer de uma agricultora participante do GT Gênero, permitir às mulheres sair dos quintais.

No processo preparatório ao segundo ENA previsto para 2006 realizaremos um encontro de experiências protagonizadas por mulheres. A identificação destas

experiências implica um intenso trabalho político: com os movimentos de agricultoras, que de maneira geral atuam em temas do campo reprodutivo como saúde, previdência, ou de cidadania, e com os movimentos mistos para que reconheçam as experiências de mulheres hoje invisíveis.

Outras intersecções com o trabalho da SOF

Os dilemas teóricos/ práticos que fomos encontrando como grupo foram ganhando novos elementos com a experiência da SOF em outros campos.

Um destes dilemas é valorizar as práticas hoje realizadas pelas mulheres, mesmo que reproduzindo uma divisão sexual do trabalho, e a vontade de romper com esta divisão que limita possibilidades de crescimento das mulheres. A economia feminista nos trouxe novos ângulos ao propor uma inversão da lógica de funcionamento da economia tendo a reprodução e o bem estar das pessoas como seu principal motor. Ou seja, a superação da divisão sexual do trabalho tem de se dar em um reequilíbrio da produção e reprodução.

O dilema da autonomia individual e da resistência camponesa baseada na família ganhou novos elementos com o trabalho realizado pela SOF com comunidades indígenas. Nestas comunidades o risco de destruição pelo contato com a sociedade de entorno é mais evidente. E as mulheres estão sempre refazendo soluções de compromisso entre seus desejos individuais e as regras tradicionais da comunidade. A combinação entre direitos individuais e direitos coletivos no acesso à terra, aos recursos naturais, na representação política têm se dado em uma correlação de forças desfavorável às mulheres. Nossa tentativa é fortalecer as mulheres, melhorando suas possibilidades de negociação, semelhante ao que ocorre com as camponesas.

Os debates sobre economia solidária fortaleceram a percepção de que o processo econômico vai além do que é quantificável e monetarizado. A construção de relações de confiança em um grupo de economia solidária são tão ou mais importante que o acesso à crédito. Reuniões, ações conjuntas, experimentações necessárias para construir esta relação necessitam de tempo e de investimento. Isto também ocorre na agricultura familiar com grande investimento de tempo e energia das mulheres, só que é um trabalho naturalizado e invisível e por estarmos atentas podemos percebê-lo.

No campo das articulações políticas a contribuição da SOF à Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, não foi só quanto à perspectiva de gênero, mas trazer experiências rurais em uma articulação onde predominam experiências urbanas. Para as

agricultoras esta nova movimentação da economia solidária recoloca o tema do consumo e da articulação política entre produtores e consumidores organizados.

A SOF desde 2003 assessora o Programa de Igualdade de Gênero Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nossa primeira ação foi construir políticas para ampliar o acesso das mulheres aos créditos do Pronaf.

A reivindicação dos movimentos de agricultoras tem sido de uma linha específica para as mulheres. A resistência dos formuladores do Pronaf é fragmentar a unidade produtiva e só aceitam uma linha de crédito dirigida às agricultoras se ela for concebida como complementar ao crédito da família (em realidade do marido). Nossas preocupações têm sido não confinar as mulheres em apenas uma linha, combinando uma linha própria com uma política de acesso a todas as demais. Além disso, nos parece injusto individualizar a mulher no cálculo econômico enquanto que para o marido é considerado o conjunto da unidade produtiva (terra, maquinário, força de trabalho da família). Esta política vem sendo executada e ajustada nestes anos.

Uma dimensão que temos trabalhado com o GT Gênero é o limite encontrado na operação do crédito quando as agricultoras devem apresentar um projeto técnico e o banco, na maioria das vezes, o considera não rentável. Estamos discutindo que em muitos casos são necessárias outras formas de financiamento que considerem, por exemplo, os serviços ambientais realizados na manutenção de nascentes, conservação do solo e da biodiversidade, que não podem ser avaliados com os mesmos critérios de custos e rentabilidade. Porém, há uma margem de ação nas regras vigentes apenas convencendo gerentes de bancos e extensionistas de que seu repertório sobre o que é ou não rentável é limitado e desconsidera a maioria das iniciativas das mulheres.

Como conclusão

A atuação da SOF com o GT Gênero ao longo de vários anos e que passou por várias etapas não foi planejada inicialmente desta forma. Esta lacuna, no entanto, não impediu que se configurasse um processo que retoma os objetivos traçados na primeira oficina realizada pela SOF para discutir gênero e agricultura familiar: incidir no debate realizado pelos movimentos sociais e seus desdobramentos nas políticas públicas. Este processo desaguou em uma dupla opção da SOF e das integrantes do GT: pelo feminismo e pela agroecologia.

Uma opção pelo feminismo. Reconhecemos que existem relações desiguais e de opressão das mulheres nas sociedades rurais e urbanas que se manifestam na

invisibilidade do trabalho das mulheres, nos impedimentos a sua participação pública, na violência sexista. Estas relações se fundam em uma correlação de forças desiguais entre os gêneros. Reverte-la pressupõe construir força das mulheres em um processo simultâneo de autonomia pessoal e ação coletiva em movimento.

Nos favorece as alianças que construímos com as agricultoras, seja no movimento autônomo (Movimento de Mulheres Camponesas) seja nos movimentos mistos (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST). Elas assumem cada vez mais o feminismo, ampliando o debate no conjunto de seus movimentos.

Uma opção pela agroecologia. Entendemos que estas práticas são as que melhor equilibram a reprodução camponesa e a reprodução da natureza. E que tem melhores bases para construir a igualdade de gênero, pois combinam diferentes usos do espaço, do tempo, atividades produtivas e reprodutivas, em princípio, sem hierarquias, pois valorizam a combinação entre elas e não cada uma individualmente.

Aos poucos vem se construindo uma prática feminista de fazer agroecologia e se ampliando os sujeitos deste processo: as equipes técnicas e administrativas das ong's agroecológicas, as agricultoras e agricultores, mulheres organizadas na economia solidária e em grupos feministas.

Referências bibliográficas

ANA: Relatório do Encontro da Coordenação Nacional. Brasília, dezembro de 2004.

Bosch, Anna, Carrasco, Cristina y Grau, Elena: Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. Barcelona, mimeo, sem data.

Carneiro, Maria José: “Esposa de agricultor na França”, Revista Estudos Feministas, vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro : IFCS/UFRJ, 1996.

Kergoat, Daniele: Rapport sociaux de sexe, in Hirata, Helena et alli: Dictionnaire Critique du Feminisme. Paris, PUF, 2000.

Nobre, Miriam e Faria, Nalu: A Produção do Viver. São Paulo, SOF, 2003.

Woortmann, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres. São Paulo/ Brasília. HUCITEC/EDUNB, 1995.